

Rede pública de saúde na Baixada é só um arremedo

Carlos Nobre

Se toda a rede pública de saúde em Nova Iguaçu funcionasse a contento, poderia atender apenas 47% da população da cidade — 940 mil dos 2 milhões de habitantes — mas atualmente só 25% são beneficiados por uma assistência médica razoável. Isso significa que o retorno de 243 médicos ao Hospital da Posse, nesta segunda-feira, pouco amenizará as necessidades.

Esses dados são de pesquisa encomendada pelo Conselho Comunitário de Saúde do MAB (Movimento de Amigos dos Bairros de Nova Iguaçu) à Escola Nacional de Saúde Pública. A pesquisa revelou, ainda, que a rede médica e hospitalar privada é responsável por 89% das internações no município, 70% das consultas e 80% dos exames complementares de laboratório.

Emergência

A sanitarista Lúcia Souto, secretária do MAB, que ainda tabula os dados da pesquisa, considera "estranhadores" os resultados preliminares e propõe, em caráter de emergência, a reutilização e ampliação da rede pública, que segundo ela é caótica, desarticulada e ociosa. Revelou que o Centro Estadual de Saúde Vasco Barcelos, por exemplo, está com 62% de ociosidade.

São João de Meriti, com 450 mil habitantes, está em pior situação, pois "nem hospital público tem", lamenta o secretário de Saúde, Carlos Alberto da Costa. Ele mostra uma pesquisa recente do Inamps para atestar a precariedade do sistema: o município precisa de 364 médicos e tem apenas 130; os 32 dentistas (que só fazem extrações) deveriam dar 139 mil 392 consultas, mas elas chegam apenas a 49 mil 72; a cada dia surge um caso de lepra, que atinge hoje 1 mil 154 pessoas, mas só há um dermatologista na cidade.

O secretário diz que cerca de 25% das mortes no município são de crianças até dois anos de idade e calcula que 80% da população está fora do sistema de saúde mantido pelo governo, com apenas cinco postos de atendimento. Como em Nova Iguaçu, a assistência médica está concentrada na rede privada: um hospital e 26 casas de saúde conveniadas com o Inamps.

— Elas são absolutas no município e prestam um péssimo atendimento à população. Essas casas de saúde escolhem até o tipo de doente que querem tratar. Recusam doentes crônicos e abocanham pacientes com problemas de rins, por exemplo, para fazerem a hemodiálise, um tratamento caríssimo e lucrativo. Para mim, a solução da saúde pública, no primeiro estágio, está nos minipostos que prestam assistência primária — diz o secretário, que pensa em implantar 11 desses postos em Meriti.

Em Duque de Caxias, estima o coordenador de programas de saúde do município, Gualberto Teixeira dos Santos Jr., 80% da população (1 milhão de habitantes), pela precariedade do setor público, não têm acesso a assistência médica, 90% nas mãos das casas de saúde conveniadas com o Inamps. Um posto e dois hospitais municipais, um centro de saúde e três subpostos estaduais e quatro PAMs compõem a rede pública no município.

Distorção

Com 70 leitos, o Hospital Geral de Duque de Caxias, segundo Santos Jr., é incapaz de atender as necessidades da população, assim como o Hospital Infantil Ismêlia Silveira, com 30 leitos e apenas 70 médicos. No Duque de Caxias, a taxa de médicos que faltam ao serviço chega a 50%, "sobrecarregando os demais que querem trabalhar", diz. A grande distorção da rede pública de saúde é que os serviços estão concentrados em Caxias, en-

quanto "regiões miseráveis como Capivari, Gramacho ou Saracuruna têm algum Sase da vida".

Assim como seu colega de São João de Meriti, Santos Jr. acredita que a construção de minipostos em regiões carentes amenize a precariedade da assistência médica e revela que em julho começa um concurso para preenchimento de 210 vagas (médicos, assistentes sociais, nutricionistas, enfermeiras) na rede municipal. Diz também que o Inamps vai remanejar 150 médicos que sumiram do município no mesmo esquema de Nova Iguaçu, através de apadrinhamento.

Lúcia Souto diz que Nova Iguaçu poderia estar em melhor situação se a Prefeitura tivesse aplicado o convênio feito com o Inamps dentro das Ações Integradas de Saúde. Pelo convênio, assinado em dezembro de 1984, a Prefeitura receberia mensalmente Cz\$ 1 milhão 100 mil se colocasse em funcionamento 42 minipostos de saúde. O problema, conta Lúcia, "é que a Prefeitura se desinteressou e só pode retirar 10% do valor do convênio, que é a menor taxa de todos os municípios da Baixada".

Nova Iguaçu, informa ela, só tem um posto e um centro odontológico. O Estado entra com um centro de saúde e sete subpostos. O Inamps tem um hospital geral, cinco PAM, um PU (Posto de Urgência) e mantém convênio com 11 hospitais, 21 ambulatórios e 31 laboratórios, que abocanham quase 50% da assistência médica à população. Lúcia garante que o sistema público é precário, sem critérios de distribuição dos serviços e ineficiente para atender a população.

Burocracia

O Hospital do Inamps, na Posse, por exemplo, tem 90 leitos vazios porque há falta de profissionais. Por problemas burocráticos com a superintendência do Inamps, que alega falta de viaturas para transporte de material, o hospital está com estoque esgotado de álcool, seringas, filmes de raios X e até blocos de refeitório. Uma enfermeira, numa reunião com a comunidade e o diretor do hospital, sexta-feira passada, contou que na emergência faltam roupas de cama, o que tem deixado os médicos desorientados. Uma funcionária da administração contou: "Telefone implorando todos os dias à superintendência pelo material".

Para o secretário de Saúde de São João de Meriti, a carência crônica de recursos da Baixada deve-se à falta de decisão das lideranças políticas. Diz que o Inamps vem "enrolando há dois anos" o município: prometeu construir um hospital (adaptado para PAM e PU) e até agora nada foi feito. Para mostrar que a situação em seu município é calamitosa, exhibe alguns números, de um estudo do próprio Inamps.

No PAM, que tem 35 consultórios funcionando em três turnos, a ociosidade dos 95 médicos é em torno de 52%. No posto municipal chega a 90%. Todos os 728 leitos do município pertencem à rede privada. A rede pública não tem clínica médica, cirúrgica, pediátrica, obstétrica e psiquiátrica. Nenhum habitante de Meriti consegue na rede pública tratamento dentário, só extrações. Por isso, o secretário pretende investir nos minipostos uma alternativa barata e preventiva, onde houver lugar: igrejas, associações de moradores ou salas alugadas e adaptadas.

— Enquanto a gente espera pelos recursos, milhares de crianças estão morrendo. Em fins de semana ou após as 19h de segunda a sexta, a rede pública ou privada não funciona aqui. Se eu sofrer um infarto, estou perdido. Se não sair do município, posso morrer — disse Carlos Alberto da Costa.